

A Crucialidade dos Condicionantes Internos: O Desenvolvimento Comparado das Colônias Temperadas Inglesas entre 1850 e 1930[†]

▪ CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS^{*}

▪ FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO^{**}

RESUMO

Fundamentado numa retomada histórico-analítica da trajetória socioeconômica da Austrália, do Canadá e da Argentina, o presente trabalho investiga por que tais países — que possuíam em comum o fato de serem colônias temperadas inglesas —, mesmo partindo de condições aparentemente muito semelhantes, atingiram resultados econômicos e sociais tão distintos. Apesar de partirem da noção das relações de poder características do Sistema Mundial naquele período, as autoras atribuem papel crucial aos condicionantes internos para a escolha da estratégia de crescimento e desenvolvimento econômicos e defendem que somente a partir de uma combinação analítica dos fatores externos e internos, bem como de suas interações, é possível entender por que determinadas estratégias foram adotadas.

ABSTRACT

Based on an historical-analytical review of the social-economic path of Australia, Canada and Argentina, this paper investigates why such countries — that had in common the fact of being British temperate colonies — in spite of starting from apparently very similar conditions, they reached distinct economic and social results. Although the authors do not ignore the typical power relations of the World System at that time, they attribute crucial role to the internal features of these countries in their choices of growth and development strategies. The authors support that only from an analytical combination of the internal and external features, such as their interactions, it is possible to understand why particular strategies were taken.

PALAVRAS-CHAVE

sistema mundial, fatores internos, poder, desenvolvimento

KEYWORDS

world system, internal features, power, development

JEL CLASSIFICATION

O57

[†] As autoras agradecem os comentários do Prof. José Luiz Fiori e do parecerista anônimo que contribuiu de veras para a melhoria do artigo.

^{*} Mestre em Economia pelo IE-UFRJ e Doutoranda em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo IE-UFRJ. Endereço para contato: Av. Pasteur, 250, sala 110 - palácio universitário, IE/UFRJ – Campus da Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: titi.reis@ie.ufrj.br.

^{**} Mestre em Economia pelo IE-UFRJ e Doutoranda em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pelo IPE-FEA-USP. Endereço para contato: Av. Professor Luciano Gualberto, 908, sala 115 – Cidade Universitária – São Paulo – SP. E-mail: fernandacardoso@usp.br.

(Recebido em abril de 2007. Aceito para publicação em setembro de 2008).

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa do processo de desenvolvimento econômico percorrido pelos domínios formais, Austrália e Canadá, e pelo dito domínio informal,¹ a Argentina, enfocando o período que vai desde meados do século 19 até a década de 1930. Com vistas a elencar os elementos cruciais para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico desses países, serão apresentadas as histórias de suas trajetórias, destacando os respectivos modelos de inserção internacional – fatores externos – e seus aspectos políticos e econômicos – fatores internos.

Fundamentalmente, o que se buscou discutir e compreender foi a maneira como esses fatores – bem como sua interação – promoveram a separação das trajetórias econômicas, embora não exista resposta trivial e, tão-pouco, consensual. A não-convergência do pensamento das diferentes escolas de desenvolvimento está presente já no ponto de partida, que pode se contrapor entre político ou econômico. A divergência prossegue quanto ao maior ou menor destaque para os fatores internos e externos.² Essas diferenças resultam em uma grande gama de interpretações para as causas do atraso dos países latino-americanos e avanço das colônias brancas inglesas. Este artigo não nega e, inclusive, parte do pressuposto de que o desenvolvimento destes países somente pode ser compreendido dentro de um contexto de Sistema Mundial, no qual prevaleceu a hegemonia inglesa no período analisado. Entretanto, sugere-se que os condicionantes internos são fundamentais para a investigação proposta.

A escolha dos países baseou-se na semelhança das condições iniciais que decorreram, principalmente, do fato de terem sido colônias temperadas britânicas. Outras antigas colônias poderiam ser igualmente citadas, tais como a Nova Zelândia e os Estados Unidos. No entanto, optou-se pela Austrália, Canadá e Argentina porque os três países estavam em estágio semelhante de desenvolvimento no momento de partida da análise. Conforme será discutido mais detalhadamente adiante, as estratégias adotadas por suas respectivas elites implicaram distintas dinâmicas internas de crescimento a partir do início do século 20.

O artigo possui três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção, desenvolve-se o “pano de fundo” das relações internacionais e reforça-se a importância dos condicionantes internos. Já na segunda seção, apresenta-se uma

1 Fiori (1999, p. 68).

2 Sobre essa questão, vale lembrar Sunkel (2000[1970]). A intenção em distinguir os fatores “internos” e “externos” nada mais é do que “um recurso simplificador inicial, para facilitar uma exposição ordenada”, pois “as chamadas estruturas ‘internas’ são, na realidade, consequência de um processo histórico de interação entre o interno e o externo, e que as chamadas vinculações externas têm manifestações internas muito concretas e poderosas” (SUNKEL, 2000, p. 527).

retrospectiva histórica da formação socioeconômica dos três países, destacando os aspectos que serão utilizados como base para a análise comparativa a ser desenvolvida na seção final, na qual as autoras sugerem também uma possível explicação para o fato de tais países terem obtido resultados de desenvolvimento econômico tão distintos.³

2 BASE TEÓRICA: OS DETERMINANTES POLÍTICO-ECONÔMICOS

O desenvolvimento não pode ser pensado em termos somente nacionais, pois se trata de uma questão global cuja unidade de análise é econômica, política e supranacional. O sistema mundial interestatal está permanentemente em conflito, como se sempre houvesse uma guerra em potencial: a luta pela acumulação de riqueza e poder é constante. Além disso, o próprio Estado em si não está isolado e também é perpassado por disputas de poder.⁴ Existe uma hierarquia perceptível ao longo da história entre poder e riqueza.

No período histórico analisado, o grande *hegemon* mundial era a Inglaterra. Segundo Fiori (2004), as ações expansionistas do *hegemon* sempre têm efeitos negativos. É importante ressaltar que o Estado que detém poder hegemônico continua competindo com os outros países para expandi-lo, assim como sua riqueza, por conta do caráter potencialmente transitório da hegemonia. É neste contexto que devemos interpretar o papel inglês no processo de desenvolvimento – ou na tentativa de desenvolvimento – dos seus domínios.

Há Estados militarizados periféricos que nunca chegarão a ser potências. Há também “países ricos que não são, nem nunca serão, potências expansivas, nem farão parte do jogo competitivo das Grandes Potências”.⁵ Para serem potências, os Estados precisam de uma economia competitiva, vigorosa e inovadora, cujos objetivos de acumulação os impulsionem a expandir. Pode-se afirmar, por exemplo, que o papel coadjuvante do Canadá e da Austrália ao longo da História deve-se justamente à falta deste impulso expansionista-imperialista, a despeito de suas economias fortes.

3 O presente trabalho concede papel central e necessário à industrialização para que se configure de fato o desenvolvimento econômico. E a explicação para tal demarcação reside na constatação de que a produtividade depende grandemente da extensão da divisão social do trabalho. Além disso, contrariando a teoria ricardiana das vantagens comparativas, a verdadeira vantagem provém da especialização em atividades com capacidade indutiva, ou seja, que possam gerar efeitos de encadeamento e retroalimentação por toda a economia.

4 Seguindo a sugestão de Fiori (1999), um problema teórico fundamental reside na definição ambígua da relação entre o Estado, as economias nacionais e os sistemas econômico e político internacionais. O Estado não pode ser definido por uma construção ideológica idealizada, na medida em que se trata de mais um palco de disputa de poder. (p. 26)

5 Fiori (2004, p.49).

Fiori define “quase-estados” como sendo os países que não têm soberania real. Eles são subordinados aos interesses das grandes potências e não conseguem formar, autonomamente, a identidade nacional, uma moeda “forte” e um sistema de dívida pública necessários para possibilitar expansão da acumulação de capital e poder. A condição de quase-estado aplica-se perfeitamente, por exemplo, à Argentina. A excessiva dependência histórica de capital possibilitou a união entre os interesses expansionistas das potências hegemônicas com os grupos de interesses dominantes da periferia. Estes grupos, diferentemente dos grupos dos ex-domínios formais ingleses estudados, não tinham um projeto nacional industrializante que criasse bases sólidas de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, os modelos de desenvolvimento capitalista no século 19 sob hegemonia da Inglaterra das colônias temperadas não possibilitaram que eles fizessem parte do eixo central de poder do Sistema Mundial. Portanto, a relação que tais países estabeleciam com a Inglaterra seria outro fator criador de diferenças. Os países que fizeram *catch-up* através de políticas mercantilistas/ nacionalistas, como os EUA, a Alemanha e o Japão conseguiram-no porque seus projetos nacionais eram expansionistas, existia uma relação de complementaridade virtuosa acumulativa com o *hegemon* e eles entraram em guerra quando sua expansão foi bloqueada.

Conforme observa Fiori (1999), apesar da reação dos “povos menos favorecidos” ser uma fonte potencial de impedimento da expansão ilimitada do poder do *hegemon*, isso não significa que seja suficiente para quebrar a tendência polarizante do sistema mundial. No entanto, tal desigualdade não pode ser tão grande e generalizada a ponto de quebrar a mola propulsora do movimento de acumulação. Dessa maneira, argumenta-se que a relação que a Inglaterra estabeleceu com os países analisados sempre manteve uma tensão política que não resultasse em ameaça ao seu poder. Desta forma, tanto a relação de “desenvolvimento a convite” travada com seus domínios formais e com a Argentina, quanto as relações mais exploratórias como a desenrolada com a Índia, mantiveram a resiliência necessária para que a Inglaterra prosseguisse acumulando poder e riqueza.

Se o comércio mundial agrava ou neutraliza conflitos, depende das circunstâncias políticas, salienta Gilpin (1987). Algumas consequências políticas do comércio são a existência ou ausência de um poder dominante ou hegemônico que administra o sistema de comércio internacional; a taxa de crescimento econômico deste sistema e o grau de homogeneidade da estrutura industrial, que por sua vez determinaria a composição das importações e das exportações. Por conseguinte, partindo do fato consumado de que existe um Sistema Mundial bem estabelecido e com relações claras de poder entre seu principal polo, a Inglaterra, as demais potências e os integrantes da periferia, este trabalho investiga fatores que podem explicar as diferentes

trajetórias de desenvolvimento percorridas por países que partiram de condições semelhantes e resultaram em situações diferentes.

Lewis (1955) afirma que a Revolução Industrial inglesa desafiou os outros países no século 19 a fazer o *catch-up* econômico e tecnológico através ou da imitação ou do comércio. O caminho da imitação era mais promissor; todavia, muitos países inseriram-se no comércio internacional como exportadores de produtos primários porque não tinham aumentado a produtividade agrícola.

A visão estruturalista de Prebisch (2000[1949]) aproxima-se de Lewis na questão sobre a produtividade agrícola. Segundo ele, é preciso saber extrair do comércio internacional os elementos propulsores de crescimento, acumulando capital para aumentar produtividade agrícola. Mas o aumento de produtividade deve ser eficazmente aplicado no sentido da industrialização. Este deveria ter sido o projeto dos países da América Latina, pois o progresso técnico e o aumento da eficácia produtiva conduziriam ao aumento de salário real, reduzindo a distância entre o centro e a periferia.

Lewis observa também que como a mão de obra de agricultura temperada competia diretamente com a mão de obra europeia – lembrando também que no caso da Argentina, Canadá e Austrália grande parte da mão de obra era imigrante, o que implica que o salário teria função de atrator – seus níveis de salários eram consideravelmente maiores em relação ao dos trabalhadores de agricultura tropical, que competiam basicamente com a mão de obra asiática. Com níveis de salários maiores, e conseqüentemente melhores padrões de vida, os efeitos de integração e reintegração via processo multiplicador foram muito mais intensos no caso dos países de agricultura temperada na medida em que se estabeleceu um mercado interno integrado. Diante desta perspectiva, o termo de troca mais defasado, bem como os diferentes níveis de vida implicados pelas diferenças salariais, seriam uma das principais explicações para a separação de trajetória de crescimento dos países tropicais *vis-à-vis* Argentina, Canadá e Austrália. Vale ressaltar que as diferenças de tipo de inserção internacional não foram de natureza geográfica (país temperado ou tropical), mas sim de nível de salários.

As chamadas “colônias brancas” eram verdadeiras extensões do território inglês e, por isso, os imigrantes puderam implantar as próprias técnicas de produção inglesas. Conforme bem observa Fiori (1999), a forma de subordinação e integração colonial entre a Inglaterra e seus domínios formais e a Argentina – domínio informal – consistia, basicamente em pesado investimento em troca de produtos agropecuários necessários e complementares à economia inglesa. Estes países, no início do século

20, estavam entre as sociedades com maior nível de renda *per capita* do mundo, conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - PIB PER CAPITA (EM DÓLARES GEARY-KHAMIS - 1990)

	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930
Austrália	1975,2	2894,4	3273,2	4285,4	4457,7	4013,4	5209,8	4765,6	4708,3
Canadá	1329,6	1450,6	1694,5	1815,9	2378,4	2911,3	4065,8	3861,5	4810,6
Argentina			1310,6		2152,0	2755,6	3821,7	3473,1	4079,6

Fonte: Maddison (2004).

No período sob investigação deste artigo, a Argentina atravessa uma fase importante de desenvolvimento, e sua produção e nível de renda, conforme Fausto e Devoto (2004), guardam mais semelhanças com a Austrália e Canadá do que com os seus vizinhos sul-americanos. No entanto, a partir da década de 1930 o nível de renda *per capita* da Argentina iniciou o distanciamento em relação aos outros países que foram colônias temperadas britânicas. Mas o que explicaria a diferença tão gritante entre os processos de desenvolvimento⁶ verificada na Argentina comparativamente ao Canadá e Austrália? Parte da resposta a essa questão parece estar nos chamados condicionantes internos presentes no período anterior à década de 1930 que, junto com os condicionantes externos, implicaram as opções estratégicas desses países.

Segue-se que, para responder a esta pergunta, é necessário investigar além da relação entre a Inglaterra e os seus domínios. Do ponto de vista das relações de poder internacional, notadamente o Canadá e a Austrália eram um espaço preferencial de investimentos ingleses. Por outro lado, do ponto de vista interno, as opções das elites dominantes australiana e canadense foram extremamente diferentes comparativamente à elite argentina. E ainda, tal qual discute Bethell (2002), a análise dos mercados de fatores contribui para a compreensão de quais eram as condições de escassez ou abundância dos recursos produtivos e quais foram as implicações delas para a formação das classes sociais e do sistema político que implicaram no modelo de desenvolvimento econômico tomado.

Em todos os países analisados a terra era um fator abundante. No entanto, a forma de apropriação da terra por parte dos novos colonos foi diferente. Os territórios da Austrália e do Canadá pertenciam à Coroa inglesa. Sua apropriação fora feita mediante a compra ou concessão, mas sempre com restrições. Esta configuração da

6 Para analisar as trajetórias de desenvolvimento, seria mais completo evidenciar as diferenças em outras variáveis das contas nacionais, indicadores de industrialização e sociodemográficos etc. Contudo, pela falta de espaço, toma-se como dado e amplamente conhecido que o grau dos desenvolvimentos canadense e australiano é mais elevado do que o argentino desde o período entre os anos 20 e 40.

propriedade da terra resultou em um modelo muito menos concentrado na grande propriedade do que na Argentina, onde a ocupação durante a fase colonial resultara em uma distribuição desigual das terras, em geral não comercializadas. Mesmo após a independência, a forma de distribuição das terras, muito baseada também na posse ilegal, continuou desigual e baseada em grandes propriedades rurais. Confrontando as duas formas de distribuição, claramente a da Austrália e do Canadá foi mais equitativa.

Na próxima seção será apresentado como as elites australianas e canadenses chegaram ao poder e o porquê de sua opção por um projeto industrializante desde o início, ao contrário das elites argentinas que, deliberadamente, e muitas vezes com o apoio das outras camadas da sociedade, optaram por permanecer como economia primário-exportadora, o que implicou precocemente o esgotamento do processo de desenvolvimento.

3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS DOMÍNIOS INGLESES

3.1 Austrália

Noel Butlin (1959) chamou a condução da colonização inglesa na Austrália de socialismo colonial. Segundo ele, este termo é comumente usado para designar o caráter de intervenção positiva do governo, cuja pretensão principal era a formação de capital através da relação particular entre governo e instituições privadas que prevaleceu na economia australiana a partir da segunda metade do século 19.

A Austrália apenas recebeu este nome após o *Commonwealth* em 1901. Até então, eram seis colônias autônomas entre si – *New South Wales*, *Tasmania*, *Victoria*, *South Australia*, *Western Australia* e *Northern Australia* –, mas subordinadas à Coroa inglesa. As regiões Sul e Sudeste, de clima mais temperado, tornaram-se o celeiro do país. Desenvolveu-se principalmente a pecuária ovina e a plantação de trigo. Estes produtos atendiam à demanda interna plenamente e o excedente era exportado. Os usos derivados como farinha, tecido, manteiga e cerveja fomentaram a produção manufatureira. Estas áreas abrigaram e até hoje abrigam a maior parte da população da ilha.

Desde o primeiro século de colonização, o governo mantinha um alto nível de planejamento econômico e representava equilibradamente as classes mais importantes da sociedade: proprietários de grandes fazendas, de pequenas fazendas, industriais,

comerciantes, profissionais autônomos e trabalhadores. Investia em infraestrutura e setores importantes para a condução do desenvolvimento. Dois terços destes gastos eram salários.⁷ A atuação do governo colaborou para a afirmação do modelo de crescimento conduzido por exportação primária (lã, trigo e carne), manutenção de alto nível de salários e monopólio estatal em transporte e comunicação.

A administração colonial também atuava orientando o investimento privado através do seu sistema de taxação, vendas de terra, venda de debêntures, transações bancárias e direta competição por capital em Londres. Em 1866, a industrialização nas colônias começou a crescer. Shaw (1944) afirma que a tarifação aos importados contribuiu para proteger a indústria infante – notadamente a de produtos derivados agrícolas e de consumo diário. Segundo o autor, ao final da década de 60 a tarifa sobre materiais de imprensa, ferro, cerveja, manteiga, farinha, têxteis e calçados importados era 10%, e em 1877 foram elevadas para 30 a 40%.

A terra era um fator abundante e propriedade da Coroa inglesa. A terra ou era vendida, em geral em pequenos lotes, ou concedida ou arrendada. Algumas colônias organizavam leilões públicos e tinham desenvolvido assembleias especiais para tratar da questão das terras. As leis eram mais favoráveis à pequena propriedade, concedendo condições melhores para quem comprasse este tipo de terreno. O sistema de divisão das terras é um fator relevante para a formação das classes sociais, pois não permitiu que uma grande classe latifundiária emergisse e dominasse o governo.

O maior motivo para a lã ter se tornado o principal produto de exportação foi o fato de a pecuária de ovelhas ser pouco trabalho-intensiva. Em 1850, a Austrália exportava o equivalente a 50% da lã importada pela Inglaterra.⁸ Este setor também foi impulsionado durante a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que redirecionou a demanda inglesa para a Austrália (bem como a demanda de algodão).

A descoberta do ouro na segunda metade do século 20 aumentou a imigração livre não assistida de ingleses e também de chineses. Por este motivo, não só a população cresceu, mas também o índice de urbanização. Além de promover uma “marcha para o oeste”, a economia aurífera incentivou a expansão do mercado interno, provocou aumento de preços, de produção agrícola e de manufaturas. Também, ampliou a produção de carvão e a exportação de minérios, intensificou o comércio e a provisão de serviços públicos.

O trabalho era um fator escasso e requeria imigração inglesa constante para a Austrália durante todo o século; assim, uma proporção de um quarto a um terço da

7 Shaw (1944).

8 *Ibidem*.

população era nata na Inglaterra, conforme exhibe a Tabela 2. Por falta de trabalhadores e pelos seus custos, a produção agrícola requereu aumento de produtividade via inovações tecnológicas, produzidas internamente. A economia do ouro aumentou o poder político dos trabalhadores, que exerciam pressão política real desde 1840.⁹ O nível de emprego sempre foi historicamente alto e os salários cresciam a taxas estáveis. Os governos coloniais passaram a regular a base mínima de salários e reajustes a partir de 1870.

A oferta de capital nas colônias era preponderantemente por parte de empréstimos da Inglaterra, uma vez que a moeda das colônias era a libra, não emitida localmente. Em 1817 foi aberto o primeiro banco privado da colônia *New South Wales*. De acordo com Butlin (1959), entre 1860 e 1890, dois terços da formação bruta de capital foi feita com capital inglês. A terça parte da formação de capital restante provinha de exportações, cujas vendas entre 1861 e 1890 eram cerca de 75% para a Inglaterra. A Austrália possuía alta propensão a importar, mais ou menos na mesma ordem de valor das exportações. E, tal como se vê na Tabela 2, a Inglaterra era o país de origem de mais de 60% das importações australianas e também o destino de mais de 60% das exportações australianas.

TABELA 2 – MEDIDA DA DEPENDÊNCIA EXTERNA DA AUSTRÁLIA

Ano	População		Exportações		Importações	
	Incremento populacional	Parcela do incremento populacional correspondente a imigração líquida	% PIB	p/ GBR	% PIB	da GBR
1861	21974	-29,8%	17,4%	66,6%	17,7%	70%
1870	55117	28,9%	18,0%	60,0%	17,8%	63,5%
1880	68766	34,6%	27,3%	80,2%	22,9%	72%
1890	86036	26,6%	29,3%	70,0%	36,2%	65%

Fonte: Butlin (1959).

O Estado e a iniciativa privada tiveram pesos semelhantes na formação de capital bruto. A formação bruta de capital concentrou-se em ferrovias e máquinas agrícolas, o que contribuiu para a expansão da demanda doméstica (vide Tabela 3).

⁹ Um exemplo interessante para dimensionar a organização dos trabalhadores eram as reuniões intercoloniais entre cerca de 40 sindicatos a partir de 1876. Nessa época, aprovaram-se leis como jornada de trabalho de oito horas por dia, regras mais duras contra exploração infantil e da mulher, sobre condições do ambiente de trabalho etc. (SHAW, 1944).

**TABELA 3 – COMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO DE CAPITAL NA AUSTRÁLIA
(MILHARES DE LIBRAS)**

Ano	FBC Privada			FBC Governo			
	Residencial	Agrícola e pastoril	Outros	Ferrovias	Comunicação	Autoridades locais	Outros
1861	1506	1198	449	1252	880	387	541
1870	2792	1205	659	857	473	901	484
1880	3595	6054	2370	3785	1455	1362	1329
1890	7726	2965	3816	5775	1776	3813	2703
1900	851	1725	714	2371	1631	2948	2027

Fonte: Butlin (1959).

Conforme mostram as Tabelas 3 e 4, o principal investimento do governo eram as ferrovias, que passaram também a ser a principal fonte de receita.

**TABELA 4 – FONTES DE RECEITA DO GOVERNO - NSW, VICTORIA E
QUEENSLAND**

Ano	Tarifas	Terra	Ferrovias	Total
1861	54%	39%	7%	3995
1870	49%	32%	19%	5052
1880	37%	31%	32%	9300
1890	38%	20%	42%	16804

Fonte: Butlin (1959).

Butlin (1959) ressalta que a tarifação contribuiu para o desenvolvimento de atividades industriais, mas seu principal objetivo era ser fonte de receita. Da mesma forma, as leis da terra objetivavam renda para governo, mas seu efeito positivo para o desenvolvimento era assegurar emprego e agricultura familiar.

A partir de 1870, sob vigência do padrão-ouro, o governo iniciou a securitização de fundos da terra australianos, que possibilitou a expansão de crédito via investimento, mas também gerou muita especulação. Esta especulação financeira foi responsável pelo agravamento da crise de capitais iniciada no setor privado após a falência do Banco Baring, em 1890. A década que se estende de 1890 a 1900 foi marcada pela crise. A diminuição dos salários e a queda do emprego acarretaram greves e desmantelamento de sindicatos. A crise pressionou a campanha a favor da federalização da Austrália, até que em 1900 o parlamento inglês aprovou o *Commonwealth* e uma nova constituição.

O *Commonwealth* unificou as seis colônias inglesas em um único domínio – a Austrália. A Coroa inglesa reconhecia-a como nação concedendo ao poder federal autonomia sobre defesa, moeda, tarifas e relações internacionais. Estabeleceu-se, assim, uma unidade federal aduaneira, remoção de tarifas à exportação, expansão do investimento público em ferrovias, apoio à irrigação, programas de imigração assistida, etc. Além disso, as seis colônias, então unificadas em uma federação, estabeleceram livre-comércio entre si, garantindo aos Estados autonomia sobre os gastos públicos e o compromisso de repassar um quarto da arrecadação ao governo federal.

Segundo Wright (2003), após a federalização das colônias a indústria manufatureira acelerou bastante. Na primeira década do século 20, o investimento naquele setor mais do que dobrou, e em 1914 o valor da produção industrial já rivalizava com o do setor rural. Durante a Primeira Guerra Mundial, o capital do setor minério extrativista buscou diversificação investindo em indústrias pesadas estratégicas, como siderurgia e metalurgia.

A política foi marcada pelo aumento da participação trabalhista. Houve fortalecimento dos sindicatos, formação de indústrias de base, expansão da atividade mineira, nacionalização de monopólios etc. Em 1904, surgiram as cortes de arbitragem industrial que regulavam as relações de trabalho e estabeleciam piso para os salários, que passara a ser de responsabilidade federal.

A trajetória de crescimento da Austrália entre 1870 e 1913 foi crescente e sustentada, mas não acelerada. No período, o PIB *per capita* aumentou 0,9% ao ano (MADDISON, 1995). Durante a Primeira Guerra Mundial, o governo da Austrália aumentou sua intervenção. O *Commonwealth* manteve o programa de imigração assistida. Ao final da Primeira Guerra Mundial, a Austrália participou do Tratado de Versalhes, no qual entrou para a “liga das nações”. Os anos da década de 20 foram prósperos, principalmente por causa do reaquecimento das exportações de matérias-primas e *commodities* e das políticas internas de incentivo à indústria.

Shaw (1944) afirma que a Depressão de 30 assemelhou-se bastante à dos anos de 1890: queda da entrada de capitais, queda de preços e de salários. Com a arrecadação e reservas de divisas em baixa – mesmo com superávit comercial –, os gastos em obras públicas diminuíram muito, contribuindo para o agravamento do desemprego. Em 1931, o Estatuto de Westminster¹⁰ concedeu mais autonomia para os domínios.

10 O Estatuto de Westminster, assinado em 11 de dezembro de 1931, foi uma emenda do Parlamento do Reino Unido que estabeleceu o status de iguais entre os diferentes domínios independentes do Império Britânico e do Reino Unido. Este estatuto deu aos países, ex-colônias inglesas, de Austrália, Canadá e Nova Zelândia, total independência política. Anteriormente ao tratado, o papel do Ministério do Exterior dos três países era desempenhado pelo Reino Unido – motivo pelo qual os três países entraram automaticamente em guerra com o início da Primeira Guerra Mundial.

Em 1932, a reunião de Ottawa (Canadá), simbolizou o trunfo da antiga campanha dos domínios para a criação de taxas preferenciais bivalentes entre os países do Reino e aumento de tarifas para países não pertencentes a ele. De acordo com Shaw, os produtos australianos, exceto derivados de leite, ovos e frios, obtiveram livre entrada na Inglaterra. Este fato contribuiu para amenizar as consequências da queda das exportações resultantes da crise internacional. No entanto, a Austrália reduziu tarifas para a Inglaterra a partir de 1934 (redução de 25%) e removeu-as completamente somente em 1938. Assim, a proteção para a indústria agrícola (tarifas sobre importação e fixação de preços internos) foi essencial para a recuperação econômica.

Em 1939, a população australiana era de 7 milhões de habitantes, e o PIB de £900 milhões (£130 *per capita*).¹¹ Tal qual os outros países temperados do império, o nível de renda e padrão de vida da população era alto, com uma distribuição de renda mais equitativa do que a de países periféricos em geral. Isto se deveu, principalmente, aos elevados patamares de salário comparativamente a outros países, além de uma boa oferta de serviços públicos sociais, notadamente o sistema de seguros, educação, saúde e habitação. Shaw ressalta a importância do governo na conquista de uma renda *per capita* elevada e da boa distribuição de renda, destacando a importância da política de salários. Segundo o autor:

“os governos australianos fizeram muitas coisas intencionando preservar o padrão de vida (alto). Talvez o mais importante tenha sido estipular a política de salários fixados por tribunais industriais. Esta política não aumentou a renda nacional, mas sim objetivava distribuir a renda disponível mais justamente entre todas as classes da comunidade”.
(SHAW, 1944, p. 174 – grifos do autor).

3.2 Canadá

A colonização europeia começou no século 15, quando os britânicos, e principalmente os franceses, estabeleceram-se no Canadá. Com a Guerra da Independência dos EUA, o Canadá recebeu levas de colonos leais aos britânicos, provenientes das 13 colônias britânicas rebeldes. Nos primórdios da colonização europeia no Canadá, as principais fontes de renda eram a caça e o comércio de peles. Os britânicos instalaram-se no norte e no oeste, nas atuais províncias de Colúmbia Britânica, Alberta, Saskatchewan, Manitoba, e nos atuais territórios de Nunavut, Territórios do Noroeste e Yukon. Este vasto território, escassamente povoado, era administrado pela Companhia da Baía de Hudson.¹² Enquanto isto, os franceses instalaram-se

¹¹ Shaw (1944).

¹² A Companhia da Baía de Hudson é a mais antiga corporação do Canadá e uma das mais antigas do mundo ainda em atividade. A corporação foi fundada em 1670, e controlou muito do comércio de peles

no leste, onde atualmente são as províncias de Ilha do Príncipe Eduardo, Nova Brunswick, Nova Escócia, Ontário e Quebec. Este território era conhecido como Nova França.

Em 1812, os Estados Unidos invadiram o território canadense, na tentativa de anexar o resto das colônias britânicas à América do Norte, desencadeando uma guerra que, no fim, resultou na expulsão dos norte-americanos por tropas britânicas. O medo de uma segunda invasão americana, aliado ao fracasso britânico em assimilar os franceses fez com que a ideia da Confederação Canadense fosse aprovada pelos britânicos. Em 1º de julho de 1867, as províncias do Canadá, Nova Brunswick e Nova Escócia tornaram-se uma federação e, em parte, politicamente independente do Reino Unido, pois os britânicos ainda teriam controle sobre o Ministério das Relações Exteriores do Canadá por mais 64 anos. Em 1931, segundo os termos do Estatuto de Westminster, o Canadá adquiriu soberania sobre seu Ministério das Relações Exteriores e qualquer ato aprovado pelo Parlamento do Reino Unido não teria efeito no país sem o consentimento dos canadenses.

Segundo Aitken (1959), todas as colônias estavam dentro da esfera geral de controle do governo britânico, o que aumentou o grau de complexidade da administração pública, pois o *locus* do Estado nem era único nem constante ao longo do tempo. Então, uma pluralidade de “governos” influenciou a direção e a taxa de crescimento econômico no Canadá. Todos eles se incluem no conceito de Estado e a discussão de seu papel no desenvolvimento canadense envolve as atividades de todos os níveis de governo na “linha direta de soberania” desde a Coroa e parlamento britânicos até a municipalidade. A dificuldade com tal procedimento, por sua vez, residiu no fato de que, em diversos momentos de sua história, o Canadá sofreu uma grande influência de outro Estado, os EUA.

Aitken observa que o Estado canadense desempenhou um papel fundamental no direcionamento e estímulo do desenvolvimento. O papel desempenhado pelo Estado no desenvolvimento de uma economia transcontinental foi evidente: tais medidas são conhecidas como “Política Nacional” e se referem ao sistema de tarifas protecionistas adotadas em 1878 e à estratégia de expansionismo defensivo adotada pelo novo governo federal depois de 1867. No cerne da “Política Nacional” estava a determinação em fortalecer o eixo leste-oeste do Canadá através da construção de uma ferrovia transcontinental. O Canadá central – as províncias de Ontário e Quebec – seria o centro manufatureiro e financeiro do novo domínio e pela estrada transcontinental os bens manufaturados poderiam ser vendidos do oeste para os

nas colônias britânicas na América do Norte por vários séculos, explorando grande parte do norte da América do Norte. Com o declínio do comércio de peles, a companhia cedeu seus territórios ao Canadá, e a companhia passou a ser uma vendedora de produtos vitais aos assentadores do oeste do país.

mercados das pradarias, e os produtos agrícolas do leste para as províncias de Saint Lawrence e Europa.

A assistência oferecida pelo governo federal a qualquer companhia contratada para construir a ferrovia do Pacífico foi originalmente generosa e se tornou crescente. Não era visto como desejável ou factível que o governo construísse a ferrovia sozinho. Em 1880, um grupo de empresários satisfaz dois requisitos estabelecidos pelo governo: afiliação nacional e talento e recursos requeridos para tal. Com a assistência do governo, uma administração altamente competente e técnicas de construção já aperfeiçoadas nos Estados Unidos, a ferrovia da costa do Pacífico foi terminada com sucesso em 1885.

A defesa contra o expansionismo econômico norte-americano requeria uma expansão transcontinental no Canadá; mas seus custos, cobertos originalmente pelo governo e indiretamente pelos consumidores via maiores tarifas, fizeram da manutenção de tal unidade econômica nacional tarefa difícil. Entretanto, em 1878, o segundo pilar da Política Nacional foi estabelecido: as tarifas protecionistas. Aqui o poder do Estado foi aplicado diretamente para levar à unidade econômica nacional e impedir a expansão norte-americana. Depois da construção da ferrovia, ao diminuir os custos de transportes, os produtos canadenses ficaram mais vulneráveis à concorrência dos importados; dessa maneira, o reconhecimento da necessidade de busca de uma taxa maior de industrialização tornou-se crescente.

Assim, como bem observa Aitken, tanto na legislação tarifária quanto na construção da ferrovia o Estado pós-confederação assumiu um papel ativo na promoção do desenvolvimento. Ultrapassando os deveres básicos constitucionais do governo – segurança interna e justiça –, a responsabilidade do governo federal canadense também abarcou a construção do sistema de transportes leste-oeste em parceria com o setor privado; o estabelecimento de barreiras tarifárias a partir das quais poderia se desenvolver o complexo industrial; e a promoção da imigração e do fluxo de capital da Europa.

No decorrer do século 19, a economia do Canadá passou a ser mais dependente da agricultura, pecuária e mineração. A importância da caça diminuiu drasticamente. Porém, dado o imenso tamanho do país, a economia do Canadá variava de região para região. Em Ontário, a principal fonte de renda era a agricultura e a mineração. A província era então um dos maiores polos agropecuários do mundo. Quebec era o centro industrial, ferroviário, portuário e bancário do Canadá, bem como o maior produtor de eletricidade. As províncias do Atlântico dependiam consideravelmente da pesca, e as províncias do centro-oeste, da agricultura – especialmente do cultivo de trigo. Com relação à estrutura de exportação do Canadá:

TABELA 5 - CINCO PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DO CANADÁ (% DO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE DETERMINADOS PERÍODOS)

Canadá	1920-24	1925-29	1930-34
Trigo e farinha de trigo	29,2	33	21,3
Papel de jornal	6,7	9,2	14,5
Madeira	6,2	3,7	3,7
Carne	4,0		
Peixes	3,1	2,4	3,4
Polpa de madeira		3,7	4,2
Cinco principais exportações	49,2	52	47,1

Fonte: Solberg (1981).

Assim como explicita a tabela, o trigo constituía a exportação mais importante do Canadá em todo o período entre guerras: a maior parte do trigo produzido era exportada, e o principal mercado era indiscutivelmente o inglês. O comércio de exportação canadense era bastante diversificado, já que incluía produtos minerais, florestais e industriais, além da produção agrária. Com relação à pecuária, diz Solberg (1981), havia sido parte importante da economia das pradarias, mas começou a declinar em 1900.

Segundo Meier (1953), a aceleração do crescimento econômico canadense depois de 1895 não dependeu inicialmente do influxo de capital estrangeiro. Até 1905, os empréstimos estrangeiros não haviam alcançado proporções significantes. O investimento estrangeiro reforçou e prolongou a expansão, mas foram as oportunidades oferecidas pela expansão inicial que atraíram originalmente o capital estrangeiro. Enquanto a expansão canadense atraiu capital estrangeiro, o investimento adicional e o consumo associados com a importação de capital contribuíram para o posterior crescimento na renda e serviram para prolongar a expansão. De acordo com Teichman (1982), a elite comercial canadense não dividia o controle das economias exportadoras nascentes com os interesses estrangeiros. Inaptos a competir com a Hudson's Bay Company por conta de suas maiores reservas financeiras e vantagens de transporte, este pioneiro grupo mercantil canadense tornou-se o intermediário do comércio de grãos da América do Norte. E tal papel de intermediário no fluxo de produtos primários para a Europa proporcionou o controle do sistema bancário a este grupo.

Nas primeiras décadas do século 20, Ontário passou por um rápido processo de industrialização. A província tornou-se um grande centro industrial e bancário, ainda que Quebec se mantivesse na liderança. A economia das províncias do Atlântico passou a depender principalmente da produção de produtos de madeira e derivados,

enquanto no centro-oeste a principal fonte de renda das províncias continuou sendo a agricultura. Segundo Aitken, o Estado continuou a influenciar a taxa e a direção da mudança econômica: a promoção da indústria de papel e polpa de madeira no Canadá Central; a construção da via marítima de Saint Lawrence; e o controle das indústrias de petróleo e gás natural. O instrumento primário de assistência estatal para a indústria de papel e polpa de madeira foi a tarifa. O crescimento espetacular de tal indústria deveu-se parcialmente aos ricos recursos canadenses de madeira e energia hidrelétrica; parcialmente à grande demanda por papel para jornal dos EUA e parcialmente a uma política estatal consistente em desencorajar a exportação de madeira bruta e fomentar sua manufatura em papel e polpa de madeira dentro do Canadá.¹³

Assim, de acordo com Aitken, a taxa e a direção do desenvolvimento canadense foram determinadas principalmente pelas características econômicas de alguns produtos primários: peixes, pele, madeira de lei, carne, trigo e minérios. Cada um deles estabeleceu para o Canadá o papel de uma economia satélite e fornecedor marginal ou dos EUA ou da Inglaterra. Esses dois países foram ainda a principal fonte de importação de capital e de mão de obra imigrante. A atuação fundamental do Estado no desenvolvimento canadense foi o de facilitar a produção e a exportação de tais produtos. Tal feito envolveu duas principais funções: planejamento e, em alguma extensão, financiamento da melhoria do sistema de transporte interno; e medidas para assegurar termos comerciais mais favoráveis para as exportações canadenses – como no caso da indústria de papel de jornal. Com relação ao desenvolvimento econômico, a saída do *status* de colônia e o alcance da independência política significaram a criação de um aparato político competente para desempenhar tais funções de maneira efetiva.

3.3 Argentina

A Argentina começou seu processo de independência da Espanha em 25 de maio de 1810 – “Revolução de Maio” –, empenhando-se em guerras contra os espanhóis e seus simpatizantes. Mas a revolução não teve uma calorosa acolhida em todo o vice-reino. Entretanto, as campanhas militares lideradas pelo general José de San Martín

13 Sobre as medidas governamentais relativas à produção de papel de jornal, vale reproduzir a seguinte observação de Aitken: “[C]anadian provincial governments controlled by far the largest proportions of the country’s forest resources and recognized at an early date that they were in an unusually strong position to reinforce the pull of cheap raw materials by imposing duties on the export of the unmanufactured product. The implementation of this policy clearly involved the risk of retaliatory action by United States, not to mention the hostility of politically influential newspaper chains, but was nevertheless pushed through with surprising consistency” (AITKEN, 1959, p. 104-105 – ênfase adicionada).

e Simón Bolívar entre 1814 e 1817 incrementaram as esperanças de independência da Espanha, que foi declarada finalmente em 9 de julho de 1816.

De acordo com Bethell (2002), ainda no final da década de 1870, a qualidade da pecuária continuava insatisfatória, o país importava trigo, a rede de transportes cobria apenas pequena parte do território, os serviços bancários ainda se achavam em estado rudimentar e a entrada de capital e de imigrantes era modesta. O primeiro censo nacional realizado em 1869 fornecera provas claras do atraso relativo da Argentina: a densidade era de 0,43 pessoa por quilômetro quadrado. O deserto parecia indomável, não somente pelas distâncias impossíveis de transpor, mas também pela resistência armada de tribos indígenas.

Até meados do século 19, “[o]s baixos preços, provocados pela superoferta de gado e pelo custo de exploração quase nulo, geravam pouca vontade e pouca necessidade de investir em melhorias” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 48). Ainda de acordo com os autores, no litoral de Buenos Aires, a concorrência com produtos manufaturados importados – dada a proximidade com os portos¹⁴ – impunha importante limitação potencial ao desenvolvimento de indústrias. Entre 1850 e 1870, os setores mais dinâmicos da Argentina eram o pecuário ovino, respondendo por cerca de 40% do total das exportações: “[a] exportação de produtos do gado ovino (incluído o couro) igualou, em 1860, a do bovino (charque, sebo e, sobretudo em valor, couros) (...) a ovinocultura, mais recente e mais sensível à conjuntura internacional, era a verdadeira novidade da época, oferecendo maiores margens de lucro” (Ibidem, p.100). Vale observar que, até 1870, os diversos produtos do gado bovino e ovino respondiam pela quase totalidade das exportações – ambas as produções concentradas, sobretudo, na província de Buenos Aires. Na segunda metade da década de 1870, em meio à maior crise do período,¹⁵ setores reunidos no *Club Industrial*, queixavam-se por uma política mais protecionista para a indústria nacional.¹⁶

Na década de 1870, tornou-se evidente a necessidade de expandir a fronteira para acomodar os crescentes rebanhos de carneiros e facilitar a realocação do gado. Para tal feito, foi imprescindível a construção de estradas de ferro e do desenvolvimento do telégrafo. O capital era escasso e a necessidade de enormes investimentos

14 Sobre essa questão, como o transporte ferroviário era ainda pouco desenvolvido, pode-se dizer que o interior desfrutava de uma espécie de proteção natural contra a competição de produtos importados.

15 De acordo com Fausto e Devoto, foram várias as causas da crise da década de 1870. O aumento do gasto público e das dívidas internas e externa coincidiu com uma retração das receitas governamentais em virtude da queda das importações – lembrando que a principal fonte de receita pública eram as tarifas alfandegárias.

16 Nesse sentido, complementam Fausto e Devoto: “[s]e o governo promoveu um aumento substancial dos direitos alfandegários, fez isso com propósitos fiscais, e não como instrumento de política econômica. Analisando-se as realidades regionais, a questão toma outra feição. Por exemplo, o governo da província de Buenos Aires foi muito ativo na promoção de uma política de crédito abundante e barato para os produtores” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 105).

em infraestrutura era crítica. As instituições financeiras nacionais eram poucas. Os nativos possuíam ativos fixos na forma de grandes extensões de terras ou casas nas cidades, e ativos móveis, tal como o gado. Havia grande atividade dos grupos privados (principalmente ingleses), com vínculos com bancos internacionais, sobretudo no setor ferroviário. Mas o impulso ferroviário inicial foi dado pelo Estado argentino, de acordo com Bethell. Entretanto, este era incapaz de prover todos os recursos financeiros (baseados fundamentalmente nas taxas alfandegárias) e acabou obtendo-os por meio de empréstimos na Europa, sobretudo na Inglaterra. A tabela abaixo mostra a composição dos investimentos ingleses na Argentina:

TABELA 6 - INVESTIMENTOS INGLESES DIRETOS E EM CARTEIRAS DE TÍTULOS NA ARGENTINA (EM MILHÕES DE LIBRAS)

	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Total dos investimentos	2,7	22,6	46,0	190,9	253,6	479,8
Investimentos diretos	0,5	6,1	19,3	97,0	150,4	258,7
Investimentos em títulos	2,2	16,5	26,7	93,9	103,2	221,6
Empréstimos ao governo	2,2	16,5	26,7	90,5	101,0	184,6
Ações de companhias				3,4	2,2	37,0

Fonte: Bethell (2002).

Vale complementar que, conforme Teichman (1982), enquanto os grupos argentinos retinham a propriedade da terra, os interesses britânicos controlavam a rede de transportes, os serviços bancários e as casas comerciais.

Ainda segundo Bethell, no final do século 19 e nas primeiras duas décadas do século 20, uma nova onda expansionista da agricultura invadiu as terras que já haviam sido cedidas, total ou parcialmente, à criação do gado. Uma das características desse processo é que ele não acarretou a substituição da pecuária pela agricultura; ao contrário, as duas complementaram-se. Porém, enquanto no final do século grandes quantidades de terra estavam sendo abertas à agricultura à medida que as estradas de ferro criavam novas ligações com os mercados, não havia número suficiente de agricultores dispostos – ou até disponíveis – a cultivá-las.¹⁷

As exportações dos pampas argentinos eram muito mais diversificadas do que as das pradarias canadenses, nas quais se cultivava essencialmente trigo, como observa

¹⁷ Segundo Bethell (2002), a principal causa do aumento da população foi a entrada em massa de imigrantes, em especial da Itália e da Espanha. A relação entre a população rural e a urbana também mudou consideravelmente: a população urbana passou de 29% em 1869 para 53% em 1914. Além do enorme crescimento das cidades, foi grande também o aumento do número de pequenas vilas no litoral. Foi esse um dos fatores que, juntamente com a expansão da rede ferroviária, ajudaram a diminuir o tradicional isolamento das zonas rurais.

Solberg (1981). O trigo argentino competia com a produção de milho, linho e, especialmente, de alfafa, que era um cultivo básico para a pecuária. Além disso, nos pampas argentinos a pecuária era o negócio do grupo econômico e político mais poderoso. Os recursos naturais, especialmente da província de Buenos Aires, foram muito propensos a criar gado destinado ao mercado de carne. Uma vez resolvido o problema técnico mediante barcos com refrigeração e frigoríficos no fim do século 19, as exportações de carne argentina iniciaram um período de crescimento espetacular. E, quando começou o auge do trigo pouco tempo depois, a pecuária não cedeu lugar – ao contrário do que aconteceu no Canadá. A Argentina era a primeira no mundo em exportações de carnes e cerca de 40% do total das exportações mundiais provinha dos pampas. Como em outros aspectos da vida econômica argentina, a Inglaterra desempenhava um papel central no comércio de carnes. Mas, apesar da grande quantidade de terras destinadas à criação de gado e das importantes influências que os pecuaristas exerciam sobre as decisões de política econômica da Argentina, a exportação de carnes ocupava somente o terceiro lugar no total das exportações argentinas.

Entre 1890 e 1900, a produção da agricultura e da pecuária melhorou consideravelmente. A produção industrial, graças à capacidade ociosa, sofreu grande impulso por conta da proteção da taxa cambial – embora tal efeito protecionista não tenha sido intencionado *a priori*,¹⁸ conforme ressalta Bethell. Todavia, o crescimento industrial não decorreu de tarifas protecionistas, mas da redução de custos e da conquista de novos mercados. Com isso, a indústria conseguiu desenvolver-se quando os mercados se ampliaram graças às estradas de ferro. Exemplos disso são o açúcar em Tucuman, o vinho em Mendoza e os moinhos de trigo em Santa Fé e Córdoba.

No período 1900 a 1912, observou-se um grande aumento da importância dos cereais – que se espalharam por toda a província de Buenos Aires, embora complementando muito mais do que substituindo a criação de gado – e da carne, que adquiriu tanta importância no comércio exterior argentino quanto os cereais. De acordo com Bethell, vários fatores contribuíram para estimular a produção de grãos e a agricultura mista. A estrada de ferro possibilitou o crescimento da produção em áreas mais remotas. Simultaneamente, novas técnicas de congelamento e de transporte refrigerado na travessia do Atlântico transformaram a indústria de carne. Além disso, para engordar o gado havia a necessidade de cultivo de alfafa e milho nas zonas produtoras de gado da província de Buenos Aires e nas regiões de Córdoba e

18 Nesse mesmo sentido, argumentam Fausto e Devoto: “[a]s dificuldades financeiras do Estado, que o levava a emitir moeda para cobrir o déficit, acabavam oferecendo uma proteção muito mais eficaz que as tarifas sobre importação, pois redundavam, na desvalorização cambial” (*Ibidem*, p. 48).

La Pampa. Tudo isso se deu em consequência do aumento da exportação de carne frigorificada e congelada, principalmente para a Inglaterra.¹⁹

Além disso, complementa Bethell, o caráter tecnológico da agricultura teve efeitos importantes: como empregava mais mão de obra, acarretou uma distribuição de renda mais favorável. Implicou também o assentamento de trabalhadores nas zonas rurais, a criação de diversos serviços de transporte e o aparecimento de diversas atividades para fornecer bens e serviços à população rural. As estradas de ferro ligaram os mercados do interior aos mercados urbanos do litoral e com isso criaram um mercado nacional. A demanda local começou a competir com os mercados estrangeiros pelos gêneros alimentícios produzidos no país. Assim, o crescimento não se limitou ao setor exportador. O aumento no número de assalariados e o crescimento da renda real favoreceram a expansão do mercado interno e propiciaram uma gama crescente de oportunidades de investimento interno.

Dessa maneira, em linhas gerais, o crescimento que mudou profundamente a Argentina até a eclosão da Primeira Guerra Mundial apoiou-se na exploração de mercadorias básicas, escoadas para os mercados internacionais. Mas não se limitou a isso: como a agricultura e a produção de carne empregavam um maior número de trabalhadores, houve muitas integrações e reintegrações via formação de um importante mercado interno. A população das novas áreas agrícolas e dos centros urbanos que se desenvolveram nas proximidades, além dos portos, precisou de transporte, de moradia e de roupas. Estes centros foram ainda os mercados primários e secundários da produção agrícola.

Entretanto, como bem destaca Bethell, em 1914 ainda não havia uma alternativa para a economia da exportação de produtos primários. Apesar do crescimento da indústria,²⁰ tal expansão não afetara o alto coeficiente de importação da Argentina:

19 Bethell (2002) observa que a produção de carne de qualidade para os mercados internacionais exigiu importantes medidas de adaptação interna: mudanças no uso da terra, no sistema de propriedade e no tamanho das fazendas de gado. Nas zonas de pecuária, tornou-se comum o arrendamento onde antes predominaram grandes fazendas. Diminuiu o número de estâncias pequenas e grandes, enquanto aumentou o de médias. Segundo Fausto e Devoto, “[A] expansão da pecuária *vacum* foi impulsionada, entre outros fatores, pelo avanço tecnológico que possibilitou o lançamento da carne esfriada, da congelada e em lata. Esta teve grande expansão nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial, quando foi destinada aos combatentes” (Ibidem, p. 160). E complementam, “No caso da carne, sua conservação exigia o emprego de técnicas sofisticadas (esfriamento, congelamento, carne enlatada), sendo necessário efetuar inversões vultosas em unidades de processamento. Os frigoríficos constituíram a área privilegiada do capital estrangeiro desde a fundação, em 1882, do primeiro frigorífico da Argentina, a empresa *River Plate Fresh Meat Company*. Os norte-americanos chegaram décadas depois, a partir de 1907, ano em que a *Swift* comprou um gigantesco frigorífico” (Ibidem, p. 165).

20 Sobre o surto industrial, observam Fausto e Devoto: “[E]m alguns anos, notadamente os coincidentes com a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), acelerou-se a formação de capital na indústria, realizou-se um esforço de reaparelhamento do sistema de transportes, através de grandes obras portuárias e ferroviárias (...) Na base dessa expansão, estiveram o rápido embora efêmero crescimento das exportações de borracha e o início do boom de investimentos europeus em países da periferia do sistema econômico, que, como tendência, duraria até às

ainda não havia uma prova conclusiva de que o país tinha um futuro garantido como potência industrial plenamente desenvolvida. De acordo com Cano (2000), em 1913, o setor alimentar, basicamente exportador, representava 60% do valor da produção industrial, enquanto os setores têxtil, metálico e químico, juntos, representavam 11%. A indústria local ainda dependia fortemente da procura interna e das receitas do setor de exportação e da entrada de investimentos externos. A Argentina tinha poucos embriões de indústria pesada ou de indústrias de bens de capital integradas. Suas reservas relativamente escassas de carvão e de minério de ferro se encontravam em regiões distantes. Além disso, apesar de o mercado interno ser rico, ainda era relativamente pequeno e os mercados externos eram dominados pelos gigantes industriais do mundo.

Segundo Bethell, a instalação de fábricas norte-americanas e inglesas de embalagem de carne depois de 1900 e o aumento das exportações de carne refrigerada de alta qualidade provocaram grandes mudanças na pecuária argentina. No entanto, durante a guerra essas tendências cessaram de maneira abrupta, o negócio da carne refrigerada foi suspenso, enquanto as exportações de carne congelada ou enlatada aumentaram bastante; com a mudança para uma carne de menor qualidade, deixou de ser essencial o uso de rebanho excelente ou de engordá-los em pastos especiais. Entre 1914 e 1921, várias novas empresas de embalagem de carne foram fundadas. Ao mesmo tempo, empresas urbanas de Buenos Aires e de Rosário, contando com generosos créditos bancários, foram atraídas para a pecuária em grande escala. O surto de prosperidade do setor de carnes terminou em 1921²¹ quando o governo inglês parou de estocar os suprimentos vindos da Argentina, aboliu o controle da carne e começou a liquidar seus valores mobiliários acumulados.²² A produção de carne congelada e enlatada diminuiu drasticamente e quase desapareceu. Depois disso, o pouco que restou do negócio voltou a ser dominado pela carne refrigerada. Em virtude da organização vertical da indústria, as perdas que ocasionou não foram distribuídas de forma igual: os grandes prejudicados foram os criadores.²³

vésperas da Primeira Guerra Mundial. A conflagração resultou em dificuldades” (Ibidem, p. 158). E, nesse sentido, complementa Cano, “[a] instabilidade da década de 1920 e os velhos anseios liberais ampliaram as importações industriais, afetando o ritmo da produção” (CANO, 2000, p. 92).

21 A crise a essa época refletia, segundo Bethell, o auge da Depressão do pós-guerra. Englobava a crise na indústria da carne, a reforma tarifária e a dívida pública. No primeiro caso, estava refletido o poder que a indústria de carnes havia adquirido na política nacional; no segundo caso, mostrava que a postura do Estado argentino frente às tarifas e à proteção industrial continuava sendo tão liberal quanto a do século 19; e, no terceiro caso, refere-se às grandes oscilações na entrada de produtos importados e, portanto, nas receitas do governo (BETHELL, *Op. Cit.*, p. 583 e 591).

22 Bethell (*Op. Cit.*, p. 592). Mas a autora não explica diretamente o porquê dessa atitude dos ingleses, o que não invalida, a princípio, o impacto sobre a economia argentina.

23 Com relação ao setor de carnes, Fausto e Devoto ressaltam que: “O alvo principal dos produtores, da classe média urbana e de seus porta-vozes políticos foram os frigoríficos, cujas práticas oligopolistas tendiam a elevar os preços apenas em seu benefício (...) o Congresso argentino aprovou em 1923, durante o governo Alvear, várias leis que limitaram o raio de ação dos frigoríficos (...) A política de fixação de preços nunca chegou a ser aplicada e foi implicitamente derogada quando a melhora das condições do mercado justificou seu esquecimento” (FAUSTO; DEVOTO, *Op. Cit.*, p. 167).

Em suma, baseando-se em O'Connell (1984), a Argentina era uma produtora de zona temperada em competição direta com a produção doméstica, e mesmo com as exportações, de quase todas as economias do mundo. E, mais do que isso, nos mercados de alguns de seus produtos, não era apenas um produtor marginal, o que colocava o país numa situação vulnerável às condições de excesso de oferta. Abaixo, uma relação das principais exportações argentinas:

TABELA 7 - CINCO PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DA ARGENTINA (% DO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE DETERMINADOS PERÍODOS)

Argentina	1920-24	1925-29	1930-34
Trigo e farinha de trigo	27,3	24,2	19,1
Milho	13,4	18,5	21,6
Carne	15,3	15,3	17,1
Linho	12,4	12,2	13,5
Lã	7,8	8,2	7,2
Cinco principais exportações	76,2	78,4	78,5

Fonte: Solberg (1981).

A economia argentina era, ainda – complementa O'Connell – particularmente vulnerável às dificuldades da economia britânica. Dessa forma, a política econômica tinha uma autonomia muito limitada. Além disso, o caráter essencial da maioria das importações tornava extremamente difícil cortá-las mesmo em períodos de depressão. A instabilidade e o comportamento marcadamente cíclico não eram novidade na economia argentina antes de 1930 e foram intensificados em suas consequências pela grande vulnerabilidade implicada pela abertura da economia. O colapso dos preços das exportações argentinas aconteceu antes do *crash* de 1929 e pode ser atribuído às forças de longo prazo nos mercados mundiais – tendência à deterioração dos termos de troca²⁴ –, o que indicava que o país precisava encontrar outros veios para retomar o crescimento. Especialmente no caso do trigo, principal produto da pauta exportadora, segundo Fausto e Devoto, a tendência de baixa do preço internacional vinha desde 1925, o que era reflexo da sua situação de oferta internacional, em especial do maior produtor – os EUA – e de condições climáticas.²⁵

24 Segundo Cano (2000), entre 1924 e 1929, o PIB agrícola desacelerou da taxa média de crescimento observada de 1919 a 1924 de 4,9% para 1,6%, impactando sobre a taxa média de crescimento do PIB, que no período 1919-1924 havia sido de 7,3% e no período 1924-1929 caiu para 4,4%.

25 Segundo O'Connell, "Uma queda drástica nos preços dos produtos exportados explica a atomia das exportações, o que se somou à crise desencadeada pelos movimentos financeiros. As colheitas de trigo nos principais países produtores, para o período 1928/29, foram muito maiores do que nos anos anteriores, levando ao aumento dos já pesados estoques de não vendidos. Entre maio de 1928 e maio de 1929, novamente bem antes do colapso de Wall Street, os preços do trigo caíram 30% na Argentina" (O'CONNEL, *Op. Cit.*, p. 17).

Dessa forma, em linhas gerais, a Argentina apresentava um padrão de renda média similar ao dos países desenvolvidos e o maior PIB da América Latina. No entanto, caracterizava-se por: enorme concentração de terra, renda e poder político; ideologia predominantemente liberal, implicando baixo protecionismo, e com uma alta propensão às importações; apesar do desenvolvimento da indústria, sua estrutura era pouco complexa e altamente dependente das divisas do setor exportador; e a infraestrutura foi formada a partir principalmente de capital inglês, sendo uma das principais responsáveis pela dívida pública externa.²⁶

Mesmo com a eclosão da crise de 1929, o governo argentino mantém sua postura liberal. Conforme Cano, “[E]ssa política foi praticada para sustentar os pagamentos da dívida externa pública, o que reduzia ainda mais o raio de manobra do governo, e o impedia de mitigar os efeitos da crise e os interesses atingidos da classe dominante” (CANO, 2000, p. 94). Em 1930, à semelhança do Brasil, ocorre um golpe militar. Todavia, a mudança na postura liberal do Estado argentino só virá no final da década de 1940, com o *peronismo*.

4 ANÁLISE COMPARATIVA

A presente seção pretende realizar uma análise comparativa das histórias de desenvolvimento protagonizadas por Canadá, Austrália e Argentina. A fim de enfatizar diferenças muitas vezes bastante particulares entre esses países, privilegia-se geralmente um paralelo entre os países, partindo-se essencialmente da idéia do contraste entre os domínios ingleses com trajetórias e resultados semelhantes – Austrália e Canadá –, e aquele país com trajetória similar, mas resultado diferente dos domínios formais ingleses – Argentina.

Antes de iniciar a análise comparativa propriamente dita, vale justificar que se optou pelo estudo da Austrália, Canadá e Argentina porque no momento de partida da análise os três países estavam em um estágio parecido de desenvolvimento. As principais similaridades entre os países decorreram exatamente da condição comum de colônia temperada inglesa. Os produtos de exportação principais eram trigo, carne e lã. A mão de obra era predominantemente europeia, com conhecimentos técnicos similares entre si e não abundante. Não havia autossuficiência de capital interno e

26 Sobre essa questão da dívida pública, diz Cano: “[E]ntre 1860 e 1913, o país recebeu 8,5% do total das aplicações financeiras dos países exportadores de capitais daquela época, ou 33% do total ingressado na América Latina. Mas essa elevada entrada de recursos também gerava perverso efeito, aumentando a dívida pública externa, que chega a atingir valor equivalente a 30% daquele fluxo, impondo um serviço da dívida de cerca de 35% da receita fiscal total e 40% do valor das exportações. Esse pesado ônus era o alto preço que um país subdesenvolvido pagava para “crescer mais do que podia” e para sustentar o liberalismo da classe dominante” (CANO, *Op. Cit.*, p. 90-91 – ênfase adicionada).

por isso dependiam de financiamento externo – principalmente inglês –, embora os termos de tais financiamentos tenham diferido entre os países. Pode-se afirmar também que, dada a semelhança dos fatores e técnicas produtivas, o nível de salário era compatível.

No que diz respeito ao estabelecimento da infraestrutura, uma boa base de comparação é a extensão das linhas ferroviárias, tal como explicitado na tabela abaixo:

TABELA 8 - EXTENSÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS (KM)

País	1870	1913
Austrália	1529	31453
Canadá	4211	47160
EUA	85170	401977
Argentina	732	33478
Brasil	745	24614

Fonte: Maddison (1995).

A análise dos dados revela a interessante semelhança entre os países escolhidos pelo presente trabalho no que se refere à formação de infraestrutura na transição entre os séculos 19 e 20. Vale observar que os Estados Unidos, embora também tenham desempenhado o papel original de “celeiro” da Inglaterra, tiveram uma trajetória de desenvolvimento extremamente particular e avançada em relação aos outros domínios. A prova disso é que, já na década de 20, os Estados Unidos se afirmavam como a grande potência mundial, desbancando a sua antiga metrópole.

TABELA 9 - FONTES DAS IMPORTAÇÕES DE TRIGO DO REINO UNIDO (COMO PORCENTAGEM DO TOTAL DAS SUAS IMPORTAÇÕES DE TRIGO)

Ano	Canadá	Austrália	Total do Império	Argentina	EUA
1926	37,1	9,5	49,4	12,3	32,4
1927	29,1	13,4	47,1	17,6	32,3
1928	39,6	9,9	51	23,6	22,9
1929	24,3	11,4	36	40,6	19,9
1930	24,9	12,1	40,5	14,5	20,1
1931	22,7	19,5	42,6	17,4	9,4
1932	44,3	22,8	67,2	19,5	4,4
1933	40,4	26,1	67	22	

Fonte: Solberg (1981).

Com relação à pauta de exportação, Solberg (1981) indica que o trigo constituía a exportação mais importante do Canadá em todo o período entre guerras; com relação à Argentina, o trigo foi a principal exportação até 1930.²⁷ Ambos tinham uma posição importante na economia internacional de trigo: o Canadá foi em geral o maior exportador enquanto a Argentina sempre ocupava o 2^a ou 3^o lugar. Vale observar, também, que a produção de trigo argentino e canadense repousava de forma absoluta sobre o mercado de exportação. Junto com os EUA e a Austrália, produziam a maior parte dos excedentes mundiais exportáveis. A Austrália tornou-se autossuficiente na produção de trigo logo nas primeiras décadas de colonização. Seu principal produto de exportação sempre fora a lã, mas as exportações de trigo foram tomando importância e, após os anos 20, concorriam diretamente com os demais países pelo mercado inglês, chegando a corresponder a cerca de 20% das importações daquele país. Os EUA, pelo contrário, tinham grande parte de sua produção absorvida pelo mercado interno.

Entretanto, apesar de estar claro que a produção de trigo era relativamente mais importante para o Canadá, a Argentina dependia muito mais das exportações agrícolas do que o Canadá. O comércio de exportação canadense era muito mais diversificado, incluindo produtos minerais, florestais e industriais, além da produção agrária. Tal contraste sugeriria que, no caso argentino, o desenvolvimento industrial não foi paralelo à prosperidade agrícola. No caso da Austrália, o produto de exportação mais importante era a lã, que teve a demanda muito aquecida nos períodos de guerras. O trigo era o terceiro produto mais importante. Embora a Austrália, tal como a Argentina, não tenha tido uma pauta de exportação tão diversificada, o Reino Unido significava menos para ela como mercado de exportação do que para a Argentina.

No que se refere à natureza do capital externo, Solberg mostra que o investimento britânico entrou no Canadá sob a forma de investimento em portfólio, o que significa que os ingleses não tinham controle direto. Os ingleses compravam ações das companhias canadenses, que eram dirigidas por empresários locais a partir de suas matrizes em Montreal e Toronto. Na Austrália, por sua vez, o dinheiro entrava, em sua maioria, como empréstimos para os setores público e privado em igual proporção. Conforme Shaw (1944), o investimento da Inglaterra correspondia a cerca de dois terços da formação de capital do país. Por outro lado, o investimento britânico na Argentina envolveu o controle direto²⁸ em um grande número de setores: estradas de ferro, bancos, serviços e fábricas de embalagem de carne. As principais firmas que foram estabelecidas no país eram administradas por meio de diretórios ingleses. Assim, as elites pioneiras do Canadá/Austrália e da Argentina diferiram nas bases de sua acumulação de capital. Enquanto no caso das colônias formais uma elite co-

27 Vide Tabelas 5 e 7.

28 Vide Tabela 6.

mercantil controlava a economia exportadora, no país latino a elite agrária dividia o controle com os interesses comerciais e financeiros da Inglaterra.

Outro fator fundamental é a natureza e a intensidade do projeto industrializante. De acordo com Solberg, o que distinguia a indústria argentina de 1939 das outras indústrias dos países em vias de desenvolvimento, como o Canadá, era a ausência de indústria de bens de capital e de automóveis. A indústria canadense, centrada em Montreal, Hamilton e Toronto, havia realizado grandes avanços desde que o governo sancionou as políticas protecionistas de 1870. Embora os capitais ingleses tenham desempenhado um papel fundamental no financiamento da construção de ferrovias, de 1896 a 1900 o Canadá importava muito menos equipamento ferroviário inglês. Isso mostra que o Canadá já possuía uma estrutura industrial extensa. O Canadá possui, relativamente à Argentina, maior disponibilidade de matérias-primas industriais de fácil acesso, tal como minério de ferro, zinco e produtos florestais. Além disso, Ontário e Quebec tinham acesso a ricas fontes de energia hidrelétrica. A indústria australiana, por sua vez, começou na segunda metade do século 19 pelo setor de semimanufaturados. Contemplava, principalmente, manteiga, farinha, cerveja, carne etc. A partir da primeira década do século seguinte, a indústria de base avançou bastante, notadamente a de aço, em decorrência da diversificação dos investimentos cuja fonte principal eram as empresas extrativistas de minérios. Conforme visto na seção 2 sobre o país, a produção em valor do setor industrial já equivalia ao rural às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Retomando a argumentação central do artigo, considera-se que a questão da distribuição de terras tenha desempenhado papel de ponto de inflexão para a determinação da postura da elite dominante em relação ao que acreditavam ser o melhor projeto de desenvolvimento dos seus respectivos países. Na Austrália e no Canadá, a Coroa inglesa foi mais restritiva em relação a distribuição e/ou doação de terras, o que dificultou a formação de grandes latifúndios e evitou o predomínio político dos representantes da elite primário-exportadora. Paralelamente, levando-se em conta os ideais de proteção e expansão do território, elites não-agrícolas se fortaleceram. Em contraste, no caso argentino, predominou a formação de latifúndios – embora tenha havido momentos de contratendência – e o subsequente domínio político e ideológico da elite agrária do país, o qual se manteve para além do período analisado pelo presente trabalho.

Com relação à estrutura de poder político, Solberg salienta que na Argentina a oligarquia agrária dominou a política durante a maior parte do período que vai desde a independência da Espanha em 1816 até a ascensão de Perón em 1943. Esta elite, que sempre fomentou o livre intercâmbio e se opôs às tarifas protecionistas, empenhou-se em demonstrar que a vantagem comparativa da Argentina se encontrava no setor

de exportações rurais e não em sua indústria. No Canadá, os industriais derrotaram os interesses comerciais e de importação que se opunham ao protecionismo em 1870; desde então, o poder político canadense centralizou-se nas mãos dos financistas e industriais de Ontário e Quebec. Por sua vez, na Austrália o governo local caracterizou-se pelo equilíbrio entre os grupos de poder que tinham o interesse em comum de promover integração do território e desenvolver a infraestrutura interna. A urbanização e a expansão das fronteiras agrícolas, conjuntamente com a indústria de semimanufaturados, fez com que a classe trabalhadora adquirisse representatividade na política e defendesse níveis de salário mais elevados. O precoce fortalecimento dos sindicatos é uma prova disto. Moran (1970) argumenta que as diferentes alianças construídas pelo partido trabalhista australiano em torno de tarifas industriais protecionistas constituíram uma mudança para um novo núcleo político ao redor do qual tanto os velhos quanto os novos grupos puderam ser integrados em um processo de desenvolvimento econômico e social. No caso argentino, pelo contrário, não ocorreu mudança de foco de uma economia primário-exportadora para uma industrialização nacional e, por conseguinte, de acordo com o autor, não foi construída uma base sólida nem para o desenvolvimento econômico nem para a integração política. A grande diferença entre os partidos trabalhistas dos dois países teria sido a maneira como se posicionaram frente às tarifas protecionistas e ao apoio à indústria nacional que, como bem observa o autor, foram fatores fundamentais para a determinação do subsequente curso do desenvolvimento econômico e da integração política.

Enfim, a partir da análise comparativa, não se nega que a maneira como esses três países se inseriram no Sistema Mundial não seja de fato importante; todavia, sugere-se que a explicação para as suas diferentes trajetórias de desenvolvimento não pode se resumir apenas aos condicionantes externos. A suficiência da explicação necessita da inclusão dos condicionantes internos.

5 *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Antes de concluir, cabe ressaltar novamente o principal fato que culminou na defesa da crucialidade dos condicionantes internos para explicar por que países que partiram de condições iniciais semelhantes, tais como as colônias temperadas analisadas, posteriormente vieram a trilhar trajetórias de desenvolvimento díspares. Nos casos australiano e canadense, ficou claro que desde a formação do governo local, os interesses da classe primário-exportadora não sobrepujaram a formação de um setor industrial satisfatoriamente desenvolvido, que gerou uma alternativa ao modelo primário-exportador antes que este se esgotasse. Por outro lado, no caso argentino, tal alternativa não se apresentou porque a hegemonia política da elite agrária

dificultou a formação de um projeto nacional de desenvolvimento alternativo ao primário-exportador.

A partir de uma retomada histórica das trajetórias da Austrália, do Canadá e da Argentina, o presente trabalho buscou argumentar que, para compreender adequadamente os resultados obtidos por tais países – e, por conseguinte, a situação em que se encontram atualmente –, é necessária a investigação tanto dos condicionantes externos quanto internos. E ainda mais importante, a combinação analítica proposta pelo artigo buscou explicitar a crucialidade da postura das diversas classes sociais, principalmente da elite dominante, na determinação da natureza do desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

- AITKEN, H. G. J. Defensive expansionism: the state and economic growth in Canada. In: AITKEN, H. G. J. (Org.). *The State and economic growth. Papers of a Conference Held on October 11-13, 1956, under the Auspices of the Committee on Economic Growth*, 1959.
- BETHELL, L. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp, 2002. v. IV e V.
- BUTLIN, N. G. Colonial socialism in Australia, 1860-1900. In: AITKEN, H. G. J. (Org.). *The State and economic growth. Papers of a Conference Held on October 11-13, 1956, under the Auspices of the Committee on Economic Growth*, 1959.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. Editora UNESP, 2000.
- FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina – um ensaio de história comparada (1850-2002)*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- _____. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GILPIN, R. *The political economy of the international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- LEWIS, A. *The theory of economic growth*. London: Allen & Unwin, 1955.
- MADDISON, A. *Monitoring the world economy 1820-1992*, Paris, OECD, 1995.
- _____. *The world economy: historical statistics*. Paris: OECD, 2004.
- MEIER, G. M. Economic development and the transfer mechanism: Canada, 1895-191. *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, v. 19, n. 1, p. 1-19, Feb. 1953.

- MORAN, Theodore H. The 'development' of Argentina and Australia: the radical party of Argentina and the labor party of Australia in the process of economic and political development. *Comparative Politics*, v. 3, n. 1, p. 71-92, Oct. 1970.
- O'CONNELL, A. Argentina into the depression: problems of an open economy. In: THORP, R. (Ed.). *Latin America in the 1930s*. Oxford: St Anthony's College, 1984.
- _____. O retorno da vulnerabilidade e as reflexões iniciais de Raúl Prebisch sobre "el ciclo económico argentino". *Economia e Sociedade*, Campinas, (16), p. 1-26, jun. 2001.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.
- SHAW, A. G. L. *The economic development of Australia*. London; New York: Longmans, Green and Co., 1944.
- SOLBERG, E. Argentina y Canadá: una perspectiva comparada sobre su desarrollo económico, 1919-1939. *Desarrollo Económico*, v. 21, n. 82, 1981.
- SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2.
- TEICHMAN, J. Businessmen and politics in the process of economic development: Argentina and Canada. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, v. 15, n. 1, p. 47-66, Mar. 1982.
- WRIGHT, C. Innovation, continuity and conservatism: Australian employers and changes in Labour Management, 1900-1950. *UK-Australian Labour History Conference*, Manchester, UK, July 16-18th, 2003.